

Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz

## RELATÓRIO

### Temporalidade dos jardins históricos do *campus* Fiocruz Manguinhos

*Julho 2013*

**PESQUISADORA:**

Inês El-Jaick Andrade

**INSTITUIÇÃO:**

Fundação Oswaldo Cruz

**DEPARTAMENTO:**

Departamento de Patrimônio Histórico – Casa de Oswaldo Cruz

**ENDEREÇO:**

Avenida Brasil, 4365 – Pavilhão Mourisco, térreo, sala 01 -  
Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-360

**RELATÓRIO:**

Relatório intermediário de pesquisa - julho de 2013

**AGENCIA FINANCIADORA:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do  
Rio de Janeiro. Processo E-26/111.946/2011

Ficha catalográfica

ANDRADE, Inês El-Jaick.

Temporalidade dos jardins históricos do *campus* Fiocruz Manguinhos/ Inês El-Jaick  
Andrade -- Rio de Janeiro, 2013.  
36f.

Relatório de Pesquisa. Departamento de Patrimônio Histórico - Casa de Oswaldo  
Cruz - Fundação Oswaldo Cruz. CNPq; FAPERJ.

1. Jardins Históricos 2.História do paisagismo 3. Preservação

I. Título

**Título:**

Temporalidade dos jardins históricos do campus Fiocruz Manguinhos

**Resumo:**

O campus Fiocruz Manguinhos é um conjunto urbano paisagístico de grande significação cultural. Entre seus atributos culturais, destaca-se no conjunto os exemplares de jardins históricos de diferentes correntes artísticas. Estes precisam ser estudados para serem corretamente protegidos. O estudo visa coletar documentação, identificar e analisar a volumetria dos jardins de interesse histórico do *campus* Fiocruz Manguinhos com o objetivo de garantir a sua autenticidade e integridade nas futuras ações de intervenção propostas pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC/Fiocruz). Pretende-se, a partir de um estudo minucioso, identificar os valores que se deseja preservar, pontuar as potencialidades e investigar as vulnerabilidades que os jardins estão expostos para contribuir na formulação de um Plano de Gestão da Conservação dos jardins e fundamentar o programa de intervenções dos jardins.

**Palavras-chave:** jardim histórico, metodologia, preservação, patrimônio urbano

**Objetivo geral:**

Identificar e caracterizar os repertórios paisagísticos utilizados nos jardins históricos do *campus* Fiocruz Manguinhos.

**Objetivos específicos:**

Levantar e contextualizar as sucessivas correntes estilísticas paisagísticas aplicadas no *campus* Fiocruz Manguinhos.

Contribuir para a disseminação do conhecimento sobre os atributos dos jardins históricos do *campus* Fiocruz Manguinhos.

Consolidar dentro do Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC/FIOCRUZ) a linha de pesquisa iniciada em 2005 sobre o “Processo de formação e ocupação do *campus* de Manguinhos” e incluir nesta o estudo da categoria de jardim histórico.

A investigação será realizada a partir do levantamento de propostas de tombamento conduzidas pela antiga Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA-GB).

## I- RESULTADOS OBTIDOS

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de ações de preservação em jardins históricos é uma questão relevante para o patrimônio cultural. É, contudo, um campo recente e ainda pouco explorado. No passado brasileiro, exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, por interesses políticos e especulativos, ou por desconhecimento dos seus administradores e do público.

A noção de Patrimônio Cultural restringia-se, inicialmente, somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos). Esses debates, no âmbito científico internacional, acabam por gerar na década de 1970 e 1980 numerosos estudos publicados sobre um tema até então não discutido: a restauração em jardins históricos.

Em 1981, com a Carta de Florença, é então conceituada e defendida a importância da preservação dos jardins históricos: "A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos" (Carta de Florença, Art.6, 1981, apud CURY, 2000:254). A preocupação com o tratamento dispensado aos jardins históricos era justificada, pois eram utilizados critérios de preservação análogos aos adotados na preservação dos outros bens. Os aspectos naturais do território também não despertavam o mesmo interesse que os bens imóveis culturais.

Os jardins históricos são indissociáveis tanto de seu contexto histórico como do seu entorno. Os entornos que cercam o recinto interferem em sua ambiência e legibilidade. Portanto, o jardim histórico é um ecossistema em equilíbrio no qual intervenções sem critério podem causar impactos imprevisíveis ao conjunto.

As ações de preservação e valorização do patrimônio cultural variam consideravelmente de acordo com o contexto e os valores associados a cada monumento e seu ambiente construído. No caso dos jardins históricos, esta é uma ação que envolve a busca por manter a integridade e autenticidade de um monumento vivo, logo, que convive com diferentes temporalidades. Assim, conhecer e reconhecer essa temporalidade é fundamental para problematizar e planejar ações de conservação e restauração, o que é o propósito da presente pesquisa focada em exemplares localizados no *campus* da Fiocruz.

### 2 ESTUDOS DE CASO: jardins históricos do *campus* Fiocruz Manguinhos

O *campus* Fiocruz Manguinhos é um conjunto urbano paisagístico de grande significação cultural. A implantação do tratamento paisagístico no *campus*

ocorreu pontualmente e lentamente, iniciado na década de 1920 e intensificado na década de 1980.

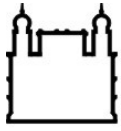
O conjunto arquitetônico ecléticos de Manguinhos - Pavilhão Mourisco, Cavalariças e Pavilhão do Relógio - do início do século XX foi reconhecido como patrimônio nacional em 1981 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Apesar de citado no processo de tombamento federal enquanto “pulmão verde da região”, o “parque” do conjunto não foi incluído no tombamento. Já em 2001, duas edificações modernistas - Pavilhão Arthur Neiva e Pavilhão Carlos Augusto da Silva - da metade do século XX foram reconhecidas e tombadas a nível estadual pelo Instituto do Patrimônio Cultural. No entanto, o jardim implantado no entorno do Pavilhão Arthur Neiva não foi incluído enquanto bem integrante do conjunto.

O chamado “parque” do conjunto arquitetural de Manguinhos é composto por uma sucessão de espaços verdes que incluem os exemplares identificados por essa pesquisa enquanto munidos de interesse histórico. Os exemplares, apesar de não possuírem proteção, foram incluídos em 1986 em processo de extensão de tombamento federal enquanto integrantes da poligonal de entorno de edificações tombadas. Assim, seguindo a legislação cultural, qualquer intervenção nesse entorno - e portanto nos jardins de interesse histórico - deve ser submetida a apreciação dos órgãos federal e estadual de proteção cultural.

O sítio em que foi implantado o *campus* da Fiocruz era uma área de colinas cercadas de terras alagadiças e com vegetação rasteira, típica de mangue. O projeto original do núcleo histórico foi concebido e edificado a partir de 1904 pelo engenheiro português Luiz Moraes Jr., sob a coordenação do médico sanitaria Oswaldo Cruz. Juntamente à construção do conjunto eclético, foi implantado na década de 1920 um parque nas imediações do Pavilhão Mourisco, seguindo a linha clássico-romântica que era preponderante nas composições paisagísticas da cidade no início do século XX.

Já os jardins do entorno do Pavilhão Arthur Neiva, do entorno da Portaria da Avenida Brasil e do entorno do Pavilhão Henrique Aragão foram implantados na década de 1950. Estes são representativos por apresentarem uma nova concepção artística, oposta ao ecletismo. Mas, também pontuam um momento institucional de consolidação e expansão da área do *campus*.

A densa arborização da área foi consolidada apenas na década de 1970. Até então a paisagem do *campus* era muito diferente da atual. O incentivo e o fortalecimento da demarcação do *campus* na paisagem da região culminou em investimentos na urbanização do *campus*. E novamente o conjunto sofre grandes transformações paisagísticas, desde a pavimentação das caixas de rolamento até a criação de novos espaços verdes.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz



Figura 1: Vista do *campus* Fiocruz Manguinhos.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca. 1960.



Figura 2: Vista do *campus* Fiocruz Manguinhos.  
Fonte: Fiocruz, 1990.

### 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa desenvolvida para a elaboração do diagnóstico segue uma metodologia fundamentada na visão documental da identificação do jardim histórico, a qual inclui a análise das ações pelos quais o bem cultural sofreu e sofre na atualidade. Através da coleta de uma documentação variada – pesquisa histórica, pesquisa bibliográfica, informações de arquivo, pesquisa icnográfica, investigação do potencial arqueológico, registro fotográfico, representação gráfica e análise de projetos de jardins análogos – e de um estudo minucioso da morfologia das composições foram identificados a sua vocação para compreender a sua espacialidade, os atributos para serem preservados, pontuadas as suas potencialidades e investigadas as vulnerabilidades que os jardins estão expostos.

## Carta de Florença

A Carta de Florença de 1981 é ainda hoje o documento básico para pautar qualquer proposta de intervenção em jardins históricos. Esse documento normativo é o resultado de mais de dez anos de estudos e debates do Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios, um grupo pertencente ao Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA).

Embora este documento não tenha o mesmo caráter de obrigatoriedade e punições de legislações nacionais, este estabeleceu parâmetros para as políticas culturais nos países que as adotam, inclusive pelo Brasil. Dessa maneira é possível afirmar que a legislação e a prática diária dos profissionais de áreas afins do patrimônio no Brasil foram influenciadas pelas publicações de encontros como o do Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios.

Concebida sobre influência do restauro crítico, a Carta de Florença foi diretamente influenciada pela Carta de Veneza (1964) e traz recomendações quanto às intervenções sob uma nova perspectiva (teórica, de caráter estético e filosófico), em decorrência da destruição das cidades européias na Segunda Guerra Mundial. Isto é, entende-se que os trabalhos de restauração são sempre atividades criativas, no qual cada problema a ser enfrentado possui soluções diferenciadas (Carta de Veneza, 1964), as quais devem ser enfrentadas com sensibilidade, coerência, técnica e manutenção da unidade potencial do bem cultural. Seja qual for à finalidade da intervenção, seja a manutenção, a conservação, a restauração ou a reconstituição, deve-se considerar simultaneamente todos os elementos configuradores da composição do jardim.

Ainda neste contexto, o documento define que em jardins históricos a unidade potencial está fundamentada na manutenção da unidade estética do exemplar, mais do que na funcional ou na orgânica ("monumento vivo"). Embora a vegetação seja o principal elemento configurador de espaços nos jardins, ela não o define por si só. Segundo o documento, fazem parte da composição arquitetural do jardim histórico, além de suas massas vegetais (suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos e suas alturas respectivas), os diferentes perfis do seu terreno, os elementos construtivos ou decorativos, as águas moventes ou dormentes e o reflexo do céu.

O documento estabelece em seu 15º artigo que as ações de intervenção em jardins históricos devem estar fundamentadas em estudos científicos. É enfatizada a necessidade, anterior a qualquer intervenção de restauração ou reconstituição, de ser realizado um "estudo aprofundado" (Carta de Florença, Art. 15, 1981 apud CURY, 2000:256), envolvendo desde a arqueologia histórica ao estudo de exemplares de jardins análogos.

O objetivo da Carta de Florença não era determinar um plano de procedimentos para a conservação de jardins, mas de gerar premissas básicas para a sua intervenção. Geralmente, as intervenções em jardins, definidos como históricos após 1981, seguiam diferentes metodologias baseadas nos preceitos da carta, porém com distintos pesos para as etapas que precediam as intervenções.

## Carta de Juiz de Fora

Recentemente, sentindo a necessidade de produzir um documento normativo específico nacional, um grupo de especialistas se reuniu em 2010 na cidade de Juiz de Fora para participar do evento "I Encontro Nacional de gestores de jardins históricos". O encontro científico foi organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Museu Mariano Procópio e pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Ao final do evento foi elaborado um documento denominado Carta de Juiz de Fora, sendo este divulgado no ano de 2011. O documento tem a premissa de atender as exigências de orientação técnica da preservação de jardins históricos.

No entanto, cabe observar que mesmo com a distancia de tempo entre os documentos normativos, ou com maior ou menor atenção conferida a temática dos jardins históricos, as cartas patrimoniais não devem ser interpretadas como substitutivas, mas como integrativas. Portanto, os princípios expostos na Carta de Florença (1981) são considerados, ainda, fundamentalmente válidos para a salvaguarda de jardins históricos, continuando a ser o documento-base.

## Princípios da preservação de jardins históricos (1980-2013)

As ações de conservação são destinadas a prolongar a integridade física do bem, no caso dos jardins estas podem, além de manter a substância, destinarem-se a recuperar, refazer ou restaurar partes danificadas. Caso corretamente conservado, um jardim é visto por sucessivas gerações as quais o percebem de forma diferente da sua anterior e da sua sucessora.

A partir de 1980, começou-se a usar o método conhecido como "conjectural detailing/replanting"<sup>1</sup>, pelo qual se utilizava uma variedade de documentos e de recursos disponíveis (desenhos esquemáticos, litografias, pinturas, contratos e contas, diários e anotações de visitantes, vestígios de pólen) para construir um esquema preciso do que existiria nos jardins, tanto em relação ao seu aspecto formal como na distribuição das plantas. Exemplos de jardins europeus, que com o tempo foram encobertos por lama e por capim, com o auxílio da arqueologia histórica foram recuperados com esse método. Com a remoção das camadas de turfo foram redescobertos os resquícios dos padrões de passeios, e se pode reconstituir os canteiros. Já no final da década de 1980 e início de 1990 a pesquisa arqueológica começa a ser usada em diversas restaurações de jardins (NAIL, 2003).

O projeto de pesquisa segue uma metodologia fundamentada nesta visão documental da identificação do jardim histórico, a qual inclui a análise das ações pelos quais o bem cultural sofreu e sofre na atualidade. Contribuem para essa abordagem os trabalhos de John Sales (2003), Carlos Fernando Delphim (2005) e Carmem Anõn (1994).

Para Sales (2003), é fundamental elaborar um plano de registro das ações no jardim. Fazem parte deste plano de registro: conhecer os precedentes históricos do jardim; compreender o ideal de sua construção (os ideais estéticos, arquitetônicos e horticulturais); ter o controle de todas as etapas das atividades (pesquisa, planos e tarefas), a fim de evitar surpresas

<sup>1</sup> Foi utilizado pela primeira vez em um jardim em Painshill (Surrey, Inglaterra).



desagradáveis; registrar as peculiaridades e novos acréscimos (adaptações ou adições); registrar as propostas gerais para cada área. Este registro detalhado auxiliará os próximos restauradores nas intervenções, explicando as ações que naquele momento histórico se fez ou se conseguiu fazer. Deve-se reconhecer que, mesmo bem executadas, as intervenções são produto de uma época, de uma técnica ainda limitada, de critérios e princípios próprios. A conservação deve negociar a transição do passado para o futuro, assegurando também a sua significação cultural (SALES, 2003).

Nas recomendações elaboradas por Delphim (2005) para as operações de preservação em jardins históricos, este desenvolve uma metodologia. Esta inicia-se com a identificação do jardim, isto é, com o reconhecimento e registro ordenado do bem através de um exaustivo estudo. Recomenda que este deve ser realizado sob diversos pontos de vista que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial e no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Considera que a análise do sítio é o principal instrumento para a identificação adequada do jardim. Para esta análise é fundamental considerar sua localização, os dados cartoriais e jurídicos, informações sobre o meio físico, levantamento das águas moventes e dormentes, informações sobre o meio biológico, informações sobre o meio antrópico, pesquisa histórica, pesquisa bibliográfica, informações de arquivo, pesquisa icnográfica, investigação arqueológica, entrevistas, registro fotográfico, representação gráfica, meio físico, meio biológico, meio antrópico e meio antrópico. Por fim, a partir deste estudo criterioso, serão evidenciados os valores que se deseja preservar e se poderá elaborar um plano de manejo voltado para a sua conservação.

Para Añon (1994) a espacialidade é a materialização da estrutura básica e espiritual do jardim. Assim, antes de iniciar qualquer intervenção em jardins históricos, deve-se realizar um estudo histórico e analítico muito atento, a fim de conhecer a razão de sua criação, ou seja, a sua vocação para compreender a sua espacialidade. Esta considera que cada situação pede uma intervenção diferenciada, e apenas o estudo exaustivo poderá fundamentar as operações.

Enquanto uma restituição tem o compromisso de recuperar as condições originais do bem cultural e do espírito da época, o papel da restauração é possibilitar ao usuário decifrar as diversas fases do jardim. É que se trata de um documento cultural que se renova e se deteriora, e que com a ação humana descuidada pode comprometer o significado ou testemunho futuro. As intervenções não devem competir com os bens protegidos, mas colaborar para sua valorização. A visibilidade do conjunto ou de suas partes não deve ser prejudicada, deixando-se livres os eixos visuais necessários à contemplação dos elementos de valor.

No caso do objeto de intervenção ser um acréscimo posterior, pode-se suprimi-lo de maneira a propiciar ao jardim sua leitura histórica homogênea. Como afirma Trindade (2009), é preciso ter claro que todo jardim histórico é um documento resultante de inúmeras intervenções ocorridas ao longo do

tempo. Portanto, apenas se deve considerar problemáticos os acréscimos que prejudicam a singularidade do espaço e leitura da unidade do ambiente.

Assim, para não se cometer equívocos, antes de qualquer intervenção em bens culturais de valor histórico deve-se conhecer o bem. As sobreposições e os elementos adicionais são testemunhos dos momentos pelos quais o bem patrimonial passou, e que a sua permanência ou supressão devem ser alvo de estudos que os identifiquem e que reconheçam seus valores culturais. Só a partir de um estudo minucioso pode-se realizar uma avaliação das ações de intervenção, seja a opção por sua permanência - por julgar sua introdução um enriquecimento para o bem -, ou a opção por sua retirada - por julgar que sua manutenção prejudique a sua imagem. Em intervenções em que se verifique a necessidade de acrescentar partes que faltam ao jardim, que existiram no passado, é o caso de serem escolhidos os materiais e formas originais do passado, de maneira a diferenciá-los dos originais.

Salienta-se que, naquelas situações em que a autenticidade do jardim esteja comprometida, é preferível lembrar a estrutura espacial perdida, através de um esquema simplificado do jardim, com materiais modernos e com simplicidade simbólica, do que optar por um falso "revival" do jardim que desapareceu.

Cabe, ainda, fazer uma consideração sobre a aplicação da pesquisa arqueológica. O debate sobre o uso da arqueologia histórica, enquanto uma ferramenta importante e complementar aos trabalhos de restauração de jardins históricos, foi alvo do segundo encontro do comitê de jardins históricos do ICOMOS-IFLA, em Granada (Espanha), em 1973, o qual demonstrou que, embora o tema fosse atual e importante, seu uso ainda estava restrito a poucos casos. Atualmente a arqueologia já é empregada na maior parte das intervenções<sup>2</sup>, apesar de ainda não ser uma regra geral a sua inclusão em estudos que antecedem a intervenção.

---

<sup>2</sup> A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro através do Decreto Municipal nº 22.872, de 07/05/2003, oficializou a obrigatoriedade do acompanhamento e da pesquisa arqueológica nas obras de intervenção urbana no município.

## 4 IDENTIFICAÇÃO DOS JARDINS HISTÓRICOS DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

### **Reconhecimento e caracterização da arquitetura paisagista no *campus***

Foram selecionadas quatro composições paisagísticas que por apresentarem atributos históricos e artísticos podem ser identificados como jardins históricos. São os jardins no entorno do Pavilhão Mourisco, da Portaria da Avenida Brasil, do Pavilhão Arthur Neiva e do Pavilhão Henrique Aragão. Esses jardins são representantes de duas expressões artísticas distintas presentes na memória do instituto: o ecletismo e o modernismo.

A implantação do tratamento paisagístico no *campus* ocorreu pontualmente e lentamente, sendo intensificada na década de 1980. Apesar de poucas composições paisagísticas integradas a edificações terem autoria, no entanto pesquisas anteriores (OLIVEIRA, 2003) atribuíram a Luiz Moraes Jr. (parque do Pavilhão Mourisco), Nabor Foster (paisagismo da Portaria da Av. Brasil) e Roberto Burle Marx (paisagismo do Pavilhão Arthur Neiva) a autoria dos projetos dos jardins históricos estudados. A exceção é o paisagismo do Pavilhão Henrique Aragão, que apesar do projeto arquitetônico ser de Roberto Nadalutti, o responsável pelo tratamento paisagista da edificação não é conhecido e estando, provavelmente, a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, responsável pela construção.

Considerando que a salvaguarda da integridade do jardim só pode ser garantida através do conhecimento do repertório das correntes estilísticas e da identificação das singularidades das composições paisagísticas, faz parte dessa fase a identificação e comparação com jardins análogos para perceber a linguagem formal e a especificação vegetal característica.

### **Jardim do Pavilhão Mourisco**

O conjunto paisagístico - parque - está situado em um maciço e emoldura as principais edificações no Núcleo Histórico e Arquitetônico de Manguinhos (NHAM), o Pavilhão Mourisco, o pavilhão da Peste, as Cavalariças e o Quinino - foi idealizado em 1908 pelo arquiteto Luiz Moraes Jr. Integra a composição um jardim frontal, a qual dá acesso ao Pavilhão Mourisco através de um conjunto de escadas e rampas, e uma praça arborizada, cercada pelas edificações e chamada de Praça Pasteur.

O projeto obedece às linhas clássicas de composição do ecletismo, embora apresente elementos do repertório romântico. O projeto é uma variação da tríade eclética clássica - traçado em cruz com estar central como ponto focal e passeios adjacentes -, pontuada por caminhos periféricos sinuosos. No entanto, observa-se que seu projeto não foi realizado inteiramente, inclusive no que tange os jardins frontais (jardim leste).

Em pesquisa no arquivo do DAD/Fiocruz, foi possível identificar duas versões de traçado paisagístico desenhados por Moraes, uma de 1905 e outra de 1907. As mudanças são singelas, proporção e padrão de parterres -, no entanto destaca-se na primeira versão o desenho de um pequeno jardim a oeste do Pavilhão Mourisco, nos fundos da edificação.

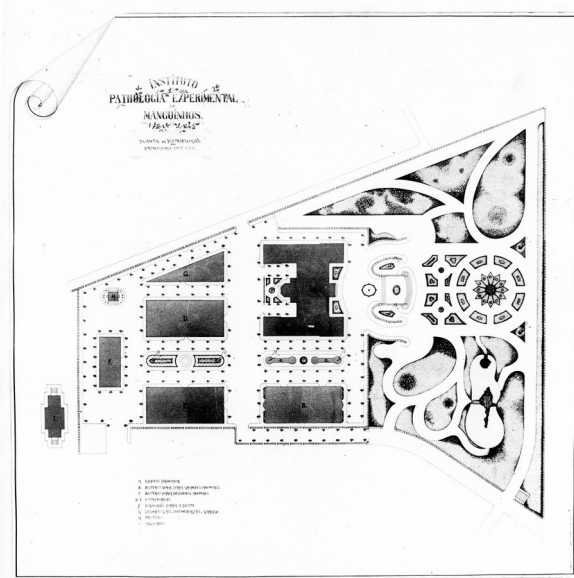
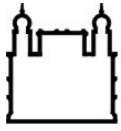


Figura 3: Desenho original de Luiz Moraes Jr para o parque, indicando a marcação de árvores ao redor das edificações e incluindo pequeno jardim nos fundos do Pavilhão Mourisco (jardim oeste).  
Fonte: DAD/Fiocruz, c.1905.



Figura 4: Planta de implantação das novas edificações e tratamento paisagístico, já sem o pequeno jardim de fundos e sem a marcação de árvores.  
Fonte: DAD/Fiocruz, c. 1908

A composição foi implantada no maciço que foi construído o Pavilhão Mourisco, desenvolvendo-se em uma parte plana e na parte em suave declive. O tratamento paisagístico foi iniciado em 1918, mas só foi concluído em 1922. Esses jardins introduziram espécies exóticas e traçados geométricos e sinuosos, alterando a paisagem significativamente.



Figura 5: Composição paisagística final do “parque” idealizado por Moraes - jardins e praça.  
Fonte: Arquivo da Marinha, ca.1922.

Apesar de seguir linhas sinuosas, o traçado do canteiro central é uma versão formal simplificada do projeto original conjunto de *parterres* geometrizado que formavam o projeto original de 1908. No projeto, disponível no Arquivo do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Fiocruz, não foi identificado qualquer indicação de espécies botânicas a serem implantadas. Uma breve comparação entre o estado atual e fotografias mais antigas (ca,1920), é possível perceber o emprego de forrações com coloração distintas, plantas arbustivas e arborização de grande porte, composta por espécies da mata tropical nativa e exótica (mangueiras, palmeiras e oitizeiros).

Apenas recentemente, já no final da década de 1990, foi introduzido o pau-brasil no conjunto da Praça Pasteur. Uma vez que a atuação do arquiteto nos projetos para o *campus* ainda era intensa (OLIVEIRA, 2003), sendo ele o arquiteto oficial das edificações do instituto, considera-se que as alterações no projeto foram executadas ou supervisionadas pelo mesmo.

A pesquisa em fotografias do Arquivo do DAD/Fiocruz indicou que a arborização da Praça Pasteur só foi iniciada a partir da finalização do Pavilhão Mourisco (1918) e conclusão do Quinino (1919). Com a retirada da edificação do antigo biotério os limites da praça foram consolidados. Com a implantação da praça são plantadas aleias de árvores junto às calçadas das edificações e aos canteiros. Aparentemente as árvores foram plantadas entre 1915 e 1918, pois os escombros das construções em andamento deveriam comprometer a manutenção do tratamento paisagístico.



Figura 6: Praça Pasteur.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1920.



Figura 7: Praça Pasteur.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1980.

O jardim frontal e a Praça Pasteur encontram-se em bom estado de conservação, no entanto percebem-se algumas descaracterizações. É possível identificar que muitos indivíduos vegetais foram incorporados a composição. As manchas coloridas de forrações e folhagens dos canteiros sinuosos, originais, foram alteradas e o seu desenho perdido. Da mesma maneira, novas árvores foram plantadas e muitos exemplares originais não foram substituídos com a morte do indivíduo.

A iconografia também revelou que no jardim da frente, aparentemente, ocorreu o reaproveitamento de indivíduos vegetais nativos (palmeiras).



Figura 8: Jardins do Pavilhão Mourisco

Fonte: DAD/Fiocruz, ca. 1920.



Figura 9: Jardins do Pavilhão Mourisco.

Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1970.



Figura 10: Jardins do Pavilhão Mourisco.

Fonte: DPH/Fiocruz, 2011.

Através da pesquisa iconográfica foi possível identificar uma área de interesse para pesquisa arqueológica. Em um dos canteiros do jardim frontal é possível identificar um tratamento diferenciado no centro de sua superfície gramada. Supõe-se que poderia ser um *parterre* com folhagens ou mesmo um espelho de água. Apenas pesquisas mais aprofundadas e escavações poderão confirmar a permanência desse elemento.

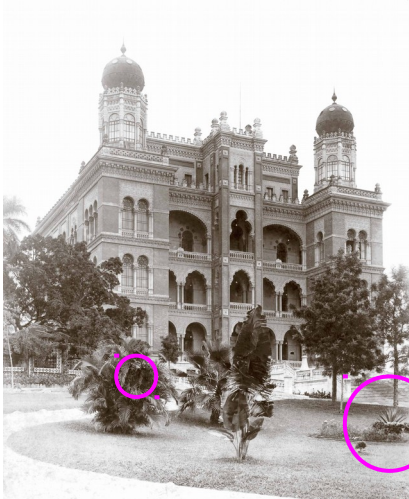


Figura 11: Jardins do Pavilhão Mourisco com marcação de possível fonte em forma de ânfora.

Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1920.

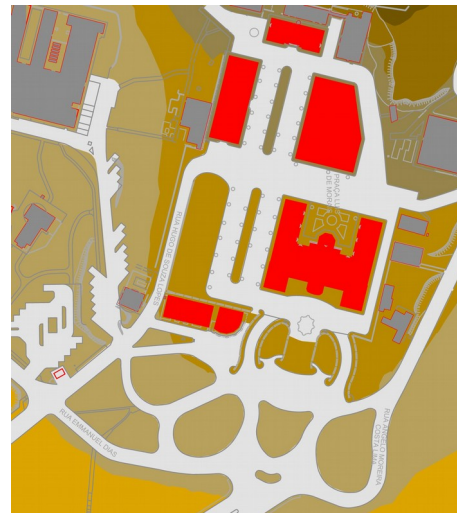


Figura 12: Marcação do local com possível potencial arqueológico.

Fonte: DIRAC/Fiocruz, 2012.

Em 1991, a equipe do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/Fiocruz) elaborou um projeto de paisagismo do pátio de fundos do Pavilhão Mourisco. Essa foi uma maneira de impedir o uso da área como estacionamento de carros. A equipe tirou partido do desenho de Moraes de 1905, o qual apresentava um jardim em *parterres* geométricos nos fundos do Pavilhão Mourisco. A proporção dos *parterres* foi mantida seguindo a planta. No entanto, não havia indicação de Moraes das espécies botânicas. Sob a consultoria do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, do IPHAN, espécies herbáceas reciando o gosto de época foram introduzidas - alternanthera vermelha, alternanthera verde e bermuda grass.

Com o passar do tempo, essas espécies foram substituídas por um conjunto compacto de exorias (*Ixora chinensis*). Essas alteraram a proporção e o volume sugeridos pelo projeto de 1991, pois, por sua altura

arbustiva atingir dos metros, acabam por obstruir a visão do Pavilhão Mourisco.



Figura 13: Vista do conjunto da Praça Pasteur, ausência do jardim oeste na composição.  
Fonte: Musal, ca.1936.

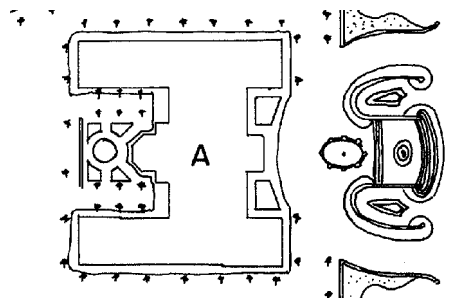


Figura 14 Desenho do jardim oeste, segundo desenho original de Luiz Moraes Jr. (1905)  
Fonte: DPH/Fiocruz, Desenho, 1986.



Figura 15: Implantação do Jardim oeste do Pavilhão Mourisco.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca. 1991.



Figura 16: Jardim oeste do Pavilhão Mourisco.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2011.

O traçado do jardim frontal também sofreu alteração, perdendo parte do aspecto do seu canteiro central. Com a abertura de uma alameda de acesso do Pavilhão Mourisco a nova portaria da Av. Brasil (1939-1946) também perdeu parte um trecho de seus canteiros periféricos, que emolduravam a baía, e aumentou a sua área ajardinada.

### **Jardim da Portaria da Avenida Brasil**

Antecedendo a construção modernista da portaria da Avenida Brasil, o *campus* da Fiocruz sofreu diversas mudanças devido à construção de edificações, expansões e reduções do *campus* ao longo dos séculos XX e XXI. Isso fez com que o espaço que dava acesso aos edifícios fosse alterado também. Ainda não havia uma preocupação com uma portaria, devido ao intenso estudo e pesquisa na área de saúde realizada no instituto. A

proteção do *campus* era feita por cercados e portinholas, mas ele passou muito tempo não delimitado.

Somente em 1948 o espaço da Fiocruz foi demarcado. Com a construção da Avenida Brasil, na década de 1940, surge um novo fluxo de circulação de pessoas e veículos em direção ao *campus* de Manguinhos, gerando a necessidade de consolidação de um novo acesso.

O acesso por ônibus e automóveis, ao Instituto, só foi possível após a abertura de uma continuação da Rio-Petrópolis, margeando a linha férrea. O acesso por carro se intensificaria com a abertura da Avenida Brasil, uma variante da mesma Rio-Petrópolis, a partir de 1939. A avenida só ficaria pronta em 1946. E até a construção de uma nova portaria, em 1954, o acesso ao Instituto ainda seria feito pela avenida próxima à linha de trem. Com o cercamento definitivo dos limites do Instituto em 1948, a estrada de Manguinhos ficaria confinada dentro do terreno da Fiocruz e perderia seu caráter de via pública, passando a atender somente o fluxo interno, ficando o acesso às áreas próximas ao litoral atendidas pela recém inaugurada Avenida Brasil. O acesso marítimo, já deficiente, cessaria de vez.

O primeiro projeto para a portaria foi desenvolvido por Luiz Moraes Jr, seguindo a linguagem eclética que caracteriza os edifícios do núcleo arquitetônico original. Esse projeto - o último de Moraes para o Instituto - não chegou a ser construído.

O projeto de Nabor Foster (Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde), construído entre 1954 e 1955, segue a linguagem moderna dos pavilhões que vinham sendo construídos no *campus* desde a década de 1940. Foram surgindo novas portarias na Fiocruz ao longo do tempo. Dentre elas, a portaria de Cargas, a Sizenando Nabuco, a Leopoldo Bulhões e a do pavilhão Arthur Neiva, tendo esta sido desativada na década de 70.



Figura 17: Vista do *campus* com detalhe do paisagismo no entorno da portaria.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1966.



Figura 18: Abertura de nova rua - alameda das rosas - e integração entre as unidades paisagísticas distintas.  
Fonte: DIRAC/Fiocruz.

A portaria se encontra recuada em relação à Avenida Brasil e possui tratamento paisagístico em seu entorno imediato. O projeto paisagístico de Naber Foster incluía, no lado de fora da instituição, a construção de dois



trechos de muro - revestidos com pedras - e um conjunto de canteiros sinuosos plantados com árvores de pequeno porte e de forrações em forma de amebóides.

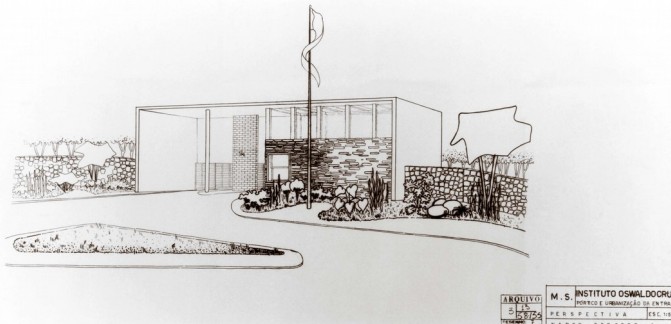


Figura 19: Perspectiva do projeto original da portaria e da urbanização assinado por Nabor Foster.  
Fonte: DAD/Fiocruz.

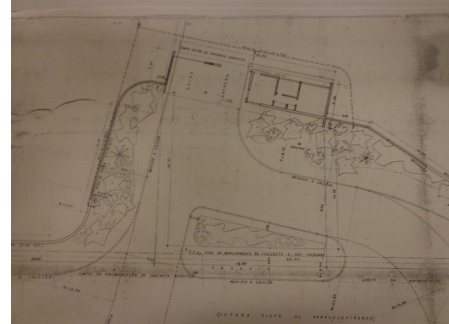


Figura 20: Projeto original da portaria e da urbanização assinado por Nabor Foster.  
Fonte: DO/MES, reprodução de planta.

Posteriormente, provavelmente no final da década de 1960, a área interna limítrofe com o muro da portaria sofreu uma grande intervenção paisagística, recebendo um lago artificial. A área verde intra-muros recebeu uma reformulação paisagística por Ramiro Pereira.

Em março de 2011, a parada de ônibus na altura da passarela 6 mudou de localização. A Prefeitura do Rio de Janeiro foi responsável pela transferência do ponto de ônibus, que começou a funcionar no dia 15/04/2011, nas proximidades da Portaria de cargas da Fiocruz. O motivo da mudança foi a retenção do trânsito causado pelo grande fluxo de veículos no trecho da passarela, agravado pela parada conturbada de ônibus nos pontos. Uma nova portaria, exclusiva para pedestres, foi projetada e construída em 2012 pela Dirac/Fiocruz. Apesar dessa mudança, a Portaria permanece como um dos principais acessos ao *campus*.



Figura 21: A urbanização da portaria após mudança de ponto de ônibus.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2011.



Figura 22: Intervenção em canteiro.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2011.

### **Jardim do Pavilhão Arthur Neiva**

As décadas de 1930 e 1940 foram anos de efervescência e de rupturas na arquitetura, no urbanismo e, naturalmente, no paisagismo. A negação das formas tradicionais historicistas era objetivo das vanguardas artísticas. Essa mentalidade se refletiu no tratamento do espaço livre urbano, público e privado. A partir da década de 1930, a história do jardim brasileiro e do paisagismo moderno estão fortemente vinculadas à obra de Roberto Burle Marx.

Era comum que o próprio arquiteto de edifícios fornecesse o desenho para os pátios e jardins dos seus projetos arquitetônicos. A figura de Roberto Burle Marx foi uma exceção a essa regra. Ele inaugura uma escola própria por seu trabalho de associação de plantas e materiais. Logo, seria o nome mais celebrado para participar de projetos de vanguarda modernistas na cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

Apenas no início da década de 1950 é que foram realizados investimentos em urbanização, através da construção da portaria da Avenida Brasil (projeto de Nabor Foster de 1954) e a pavimentação em blocos de concreto das vias do *campus* (“blockret”). As fotografias analisadas no acervo do DAD/COC, que testemunham os serviços de abertura de ruas (c.1947), mostram uma paisagem com arborização muito rarefeita e sem tratamento paisagístico no entorno da edificação, nos primeiros anos.



Figura 23: Pavilhão Arthur Neiva e aparência do terreno da FioCruz no início da década de 1950, ainda sem tratamento paisagístico. Acervo DAD/COC/FIOCRUZ.

<sup>3</sup> Analisando a produção de Burle Marx, no mesmo período, para instituições públicas voltadas para a saúde, é possível identificar o repertório do artista naquele momento histórico. Entre as obras, destaca-se o paisagismo do Instituto de Puericultura e Pediatria (1949-1953) da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), localizado no atual *campus* do Fundão. A localização de destaque, nas margens de uma via de fluxo intenso, também é uma similaridade com o projeto do Pavilhão de Cursos. No projeto da UFRJ, tanto o paisagismo, como o painel de azulejos são de autoria de Burle Marx, acompanhado por Aylton Sá Rêgo e Yvanildo da Silva Gusmão. A execução também foi da empresa Osiarte, em 1952. A edificação recebeu o primeiro lugar na categoria de Edificação Hospitalar, na Segunda Bienal de Arquitetura do Estado de São Paulo, em 1953.

A análise de uma fotografia que registra a construção do Viaduto de Bonsucesso (c.1966), é possível notar que o tratamento paisagístico permaneceu até a década de 1970, juntamente ao acesso do pavilhão diretamente à Avenida Brasil. Atualmente alguns dos eixos visuais originais estão obstruídos pela arborização e outros foram perdidos pela construção de obras viárias que acarretaram a redução da área da instituição.

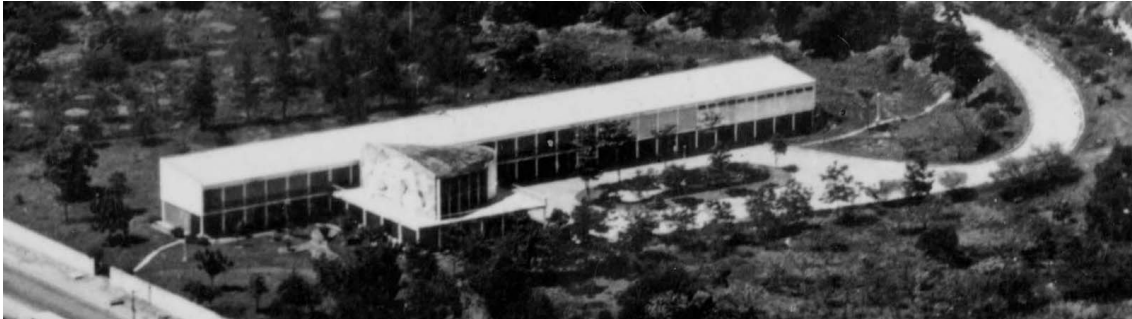
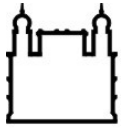


Figura 24: Composição paisagística no final da década de 1960. Acervo DAD/COC/Fiocruz, ca.1966

A composição paisagística do Pavilhão Arthur Neiva se desenvolve em dois cenários: a Av. Brasil e o pátio do pavilhão. Apesar de utilizar a mesma linguagem pictórica na seleção das formas e texturas dos canteiros, a composição acaba por invocar duas experiências estéticas diferentes ou intenções de projeto com programas de necessidade distintos.

O lado voltado para a avenida, com portão de acesso de pedestres, é coberto por uma ampla superfície gramada que se estende do muro até os blocos do pavilhão. Nesta é pontuada a presença, de pelo menos, um canteiro em amebóide de forração clara. É possível imaginar o impacto visual causado aos que trafegavam pela avenida pelo contraste entre os tons de verde e o conjunto de painéis em tons de azul. Ao distanciar-se do cenário rotineiro da avenida, o canteiro delimitado pelos planos verticais do pavilhão e pela aléia de árvores de grande porte (no limite da composição) forma uma espécie de "pátio interno". As varandas dos segundo pavimento e as áreas livres dos pilotis estão voltadas para esse pátio, convidando a uma atmosfera de convivência e encontro entre os alunos e professores do pavilhão. Apesar do canteiro ter uma forma simples de rotunda de circulação, pode ser observada uma variedade de formas abstratas de manchas de forração. Também é possível identificar oito indivíduos de árvores de grande porte que pontuam simetricamente as extremidades desse canteiro. Não são observados mobiliários urbanos na composição, levando a crer que a intenção era que as atividades de convivência seriam praticadas ao redor do canteiro e na área dos pilotis e nas varandas.

O jardim segue características semelhantes de outro projeto de Burle Marx para uma edificação modernista, também executado no Rio de Janeiro no final da década de 1950 e início de 1960: os jardins do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil (UFRJ). Esse projeto guarda outras semelhanças essenciais: o de ser uma edificação voltada para a saúde, possuir um painel de azulejos executado pela Osiarte e de apresentar uma solução semelhante para o jardim da frente da edificação - voltada para uma via arterial - e uma solução mais intimista voltada para o pátio no interior da edificação.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz

Convém destacar que não se localizou a planta do projeto original nos arquivos do Escritório Burle Marx & Cia no Rio de Janeiro ou no Arquivo do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da COC/Fiocruz. Portanto, para fundamentar uma adequada medida de salvaguarda desse jardim histórico (restauração ou reconstituição), deve ser realizado um estudo criterioso para tentar recuperar a imagem do jardim através do levantamento em jardins análogos e da pesquisa arqueológica.

A escolha do terreno, de acordo com Ferreira, foi motivada pela proximidade com a Avenida Brasil. Originalmente havia um acesso para a avenida próximo ao pavilhão, que posteriormente foi fechado. O fechamento pode ter sido consequência da construção (entre 1965 e 1970) do viaduto de Bonsucesso. Essa obra de infra-estrutura urbana causou um aumento do trânsito na região e grande impacto no *campus* de Manguinhos (OLIVEIRA; COSTA; PESSOA, 2003). Inclusive, o viaduto e a passarela foram ainda responsáveis pela perda da área do Instituto, próxima ao Pavilhão de Cursos e a Rua Sizenando Nabuco, para que se construísse a alça de acesso do viaduto do terreno, na margem da Avenida Brasil.



Figura 25: Pavilhão Arthur Neiva e entorno sem tratamento paisagístico.  
Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1947.

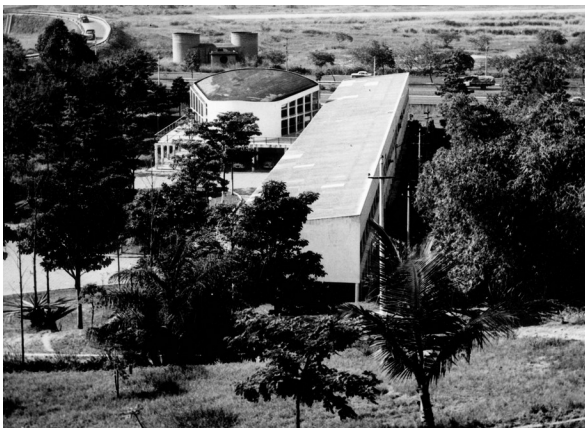


Figura 26: Pavilhão Arthur Neiva e entorno já com tratamento paisagístico. Canteiro desobstruído por



Figura 27: Pavilhão Arthur Neiva e entorno já com tratamento paisagístico. Provavelmente na

veículos e os pilotis sendo utilizados como vagas de garagem. Fonte: DAD/Fiocruz, ca.1960.

década de 1970.  
Fonte: DAD/Fiocruz, s/d.

Também é na década de 1970 que o jardim frontal é cortado para a abertura de uma via de circulação para veículos em terra batida. Até então, as fotografias indicam somente um caminho, estreito e irregular, para o acesso dos pedestres que chegavam pelo portão da Av. Brasil.



Figura 28: Aparência do caminho de pedestres, implantado alguns anos após o pavilhão inaugurado.  
Acervo DAD/COC/FIOCRUZ



Figura 29: Abertura de via para veículos cortando o jardim frontal na década de 1970.  
Acervo DAD/COC/FIOCRUZ.

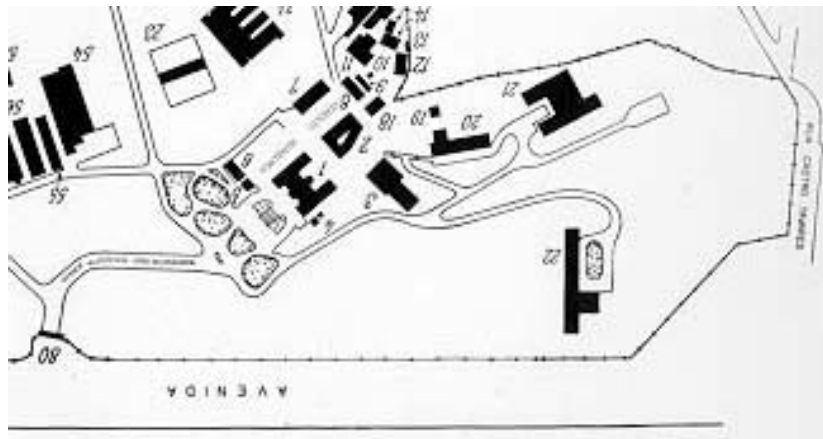


Figura 30: Planta do *campus* no final da década de 1960 indica os caminhos formais em blockret existentes e a simbologia de jardim para o canteiro do pátio. Acervo DAD/COC/FIOCRUZ.

Ainda em 1989 um projeto coordenado também pela Prefeitura da Fiocruz previa a reforma geral do prédio. Apesar de não possuímos informações sobre a execução da obra, as plantas de levantamento desse projeto são importantes registros de como o edifício se encontrava no final da década de 1980.

É possível identificar na planta de situação uma representação, além do canteiro amebóide conhecido, de um limite do jardim frontal. Esse pode ser interpretado como uma representação de linha de contorno de forração original da composição. Também são localizados os elementos arbóreos existentes até então.

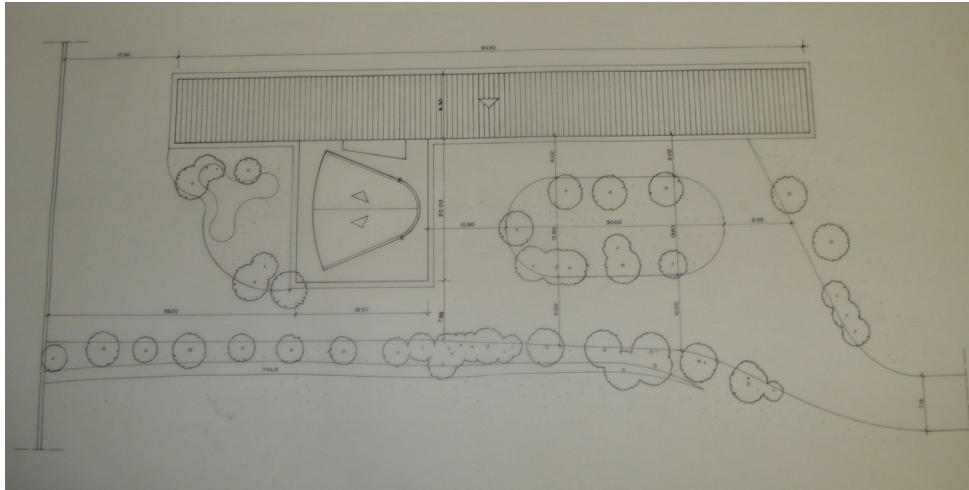
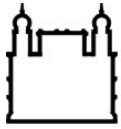


Figura 31: Levantamento - Planta de situação. 1989. Acervo DAD/COC/FIOCRUZ

Em 1991 a Prefeitura da Fiocruz elaborou novo projeto de reforma/restauração do Pavilhão. A pavimentação externa foi completamente modificada. A nova solução é composta por faixas em diagonal (partindo dos pilares) em pedra portuguesa branca, intercaladas por placas de cimentado. O acabamento em todo o perímetro da edificação é feito por uma faixa de pedra portuguesa.

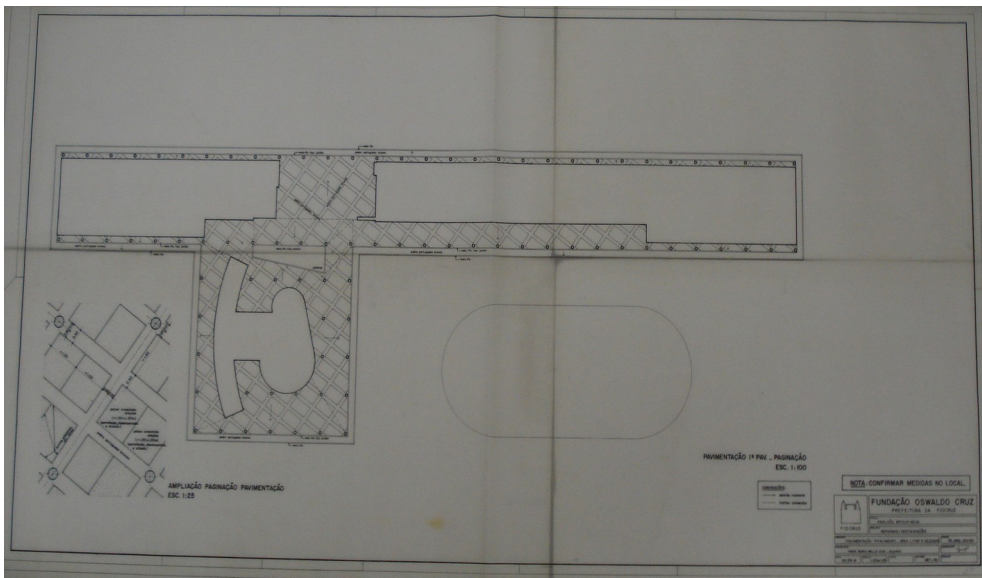


Figura 32: Planta pavimentação 1º pavimento. Projeto de reforma / restauração. 1991. Acervo DAD/COC/FIOCRUZ.

Nessa ocasião foi elaborada uma proposta de adaptação do projeto paisagístico. É proposta a criação de um estacionamento na frente da edificação - cortando, portanto o jardim frontal -, o plantio de novas árvores para o seu canteiro residual, a criação de um segundo canteiro de forma sinuosa e a criação de duas fileiras de árvores contíguas ao muro da Av. Brasil. Também está incluída nessa proposta a construção de uma jardineira sob a projeção da laje do segundo piso para coletar a água pluvial (pingadeira).

A proposta indica uma preocupação na formalização de vagas de estacionamento. É interessante observar que o levantamento iconográfico revelou que a área sob *pilotis* era usada como garagem de veículos. Caso tivesse sido executada integralmente, a proposta teria contribuído para criar um fechamento visual do painel da edificação e para deturpar a composição do jardim frontal.

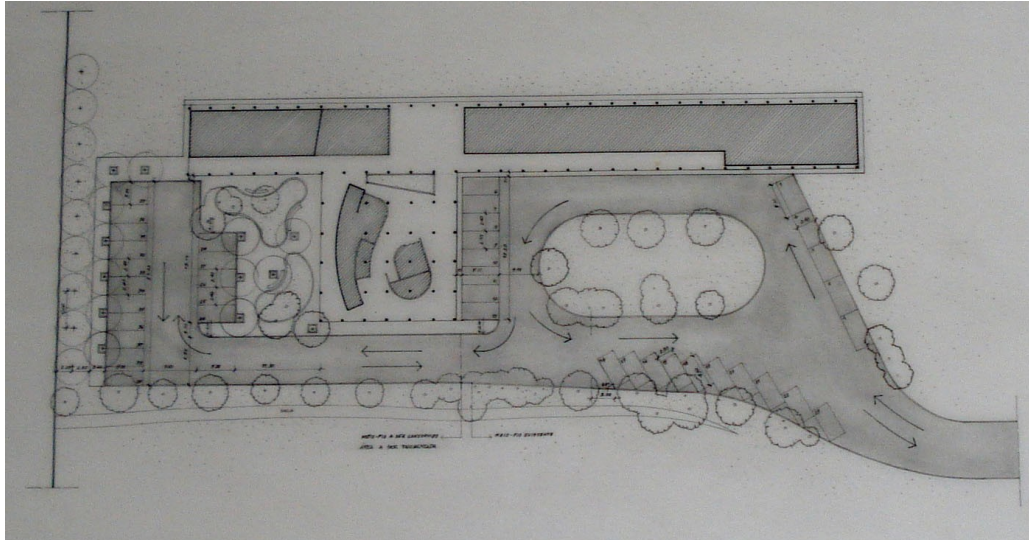


Figura33: Proposta de adaptação do projeto paisagístico em 1991. Acervo DAD/COC/FIOCRUZ.



Figura 34: Elementos do projeto proposto executado de 1991, jardineira e paginação de piso. Acervo DPH/COC/FIOCRUZ, 2012.

A composição paisagística original indica ter permanecido até a década de 1990, mas, durante o início da década de 2000, o jardim do pavilhão sofreu algumas alterações significativas. Com o decorrer do tempo, as introduções e a falta de manutenção fizeram com que as espécies originais fossem aos poucos desaparecendo. Outras espécies foram introduzidas à composição, fossem espontaneamente ou por ação humana.

O canteiro do pátio foi transformado em uma praça (Praça César Pinto) e recebeu passeio em cimento (com meio fio de granito), revestimento em

argila expandida e mobiliário urbano (bancos). A intenção era adaptá-lo como um espaço de lazer, mas o desenho que foi aproveitado (pesquisas futuras poderão indicar se seria uma limite de mancha de forração original) não permite um aproveitamento adequado da área. A praça se torna um espaço de passagem e não de permanência. Por conta de sua localização, esse canteiro do pátio está exposto a um intenso fluxo de veículos no entorno, o que compromete sua utilização como espaço de lazer.



Figura 35: Canteiro de forração adaptado para receber um programa de praça (Praça César Pinto), 2010. Acervo DPH/COC/FIOCRUZ.



Figura 36: Criação de passeio no meio do canteiro de forração, 2010. Acervo DPH/COC/FIOCRUZ.

Já a cobertura gramada do jardim do canteiro voltado para a Avenida Brasil, que já havia sido cortado por uma via não formal de veículos, recebeu uma cerca-viva arbustiva que forma uma barreira física e visual. Parte do canteiro em forma amebóide, que permaneceu, teve recebido a caixa da iluminação monumental do painel superior.



Figura 37: Cerca-viva para passagem de veículos, 2010. Acervo DPH/COC/FIOCRUZ.



Figura 38: Canteiro em amebóide original que permanece, 2010. Acervo DPH/COC/FIOCRUZ.

O jardim do Pavilhão Arthur Neiva também se encontra em bom estado de conservação, no entanto parte de sua superfície gramada e de suas manchas de forração foram suprimidas, recebendo terra batida e sendo usada como via de percurso. As fontes iconográficas ilustram a aparência do jardim, formado por duas partes. A primeira é composta por uma superfície ampla de gramado com um canteiro amebóide pontuado por arbustos. A segunda é um canteiro na foram de ilha configurado por uma série de



manchas de forrações e folhagens. Oito árvores, disposta simetricamente circundam o canteiro.

As fotografias também permitem identificar a posição de indivíduos arbóreos nos canteiros. Possivelmente, os indivíduos arbóreos que configuram a ilha atualmente são originais da composição.



Figura 39: Jardins do Pavilhão Arthur Neiva.  
Fonte: DAD/Fiocruz, s/d.

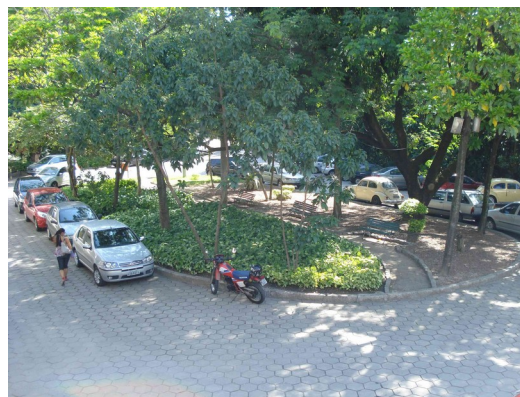


Figura 40: Jardins do Pavilhão Arthur Neiva.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2011.

Novos indivíduos vegetais foram incorporados a composição, muitos formando grupos e criando novas linhas à composição. Devido ao aumento do fluxo de veículos no entorno da edificação, vagas de estacionamento foram criadas. Os veículos acabam criando obstáculos visuais, bem como de acesso. No canteiro da ilha, foi criada uma passagem de pedestres, provavelmente no lugar de uma mancha colorida de forrações, que apesar de estreita recebe bancos.

No entanto, a parte mais descaracterizada é a da superfície gramada do canteiro em amebóide. A cobertura gramada foi substituída por saibro e foram introduzidos grupamentos de arbustos (pingo de ouro) formando um caminho para veículos estacionarem na área livre atrás do pavilhão.



Figura 41: Jardins do Pavilhão Arthur Neiva.  
Fonte: DIRAC/Fiocruz, ca. 1960



Figura 42: Jardins do Pavilhão Arthur Neiva.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2011

### **Jardim do Pavilhão Henrique Aragão**

O Pavilhão Henrique Aragão foi construído para abrigar as instalações de um laboratório para a preparação de vacinas contra a febre amarela e varíola em 1955. Foi implantado em um terreno plano em uma área fortemente arborizada, na vizinhança do Caminho Oswaldo Cruz e do Pombal – remanescentes do início do século XX. O laboratório não estava vinculado ao IOC, mas mesmo assim foi implantado no terreno ocupado por essa instituição.

O primeiro local escolhido para a construção do laboratório foi localizado no bairro de Vila Isabel (Rio de Janeiro), mas por iniciativa de Francisco da Silva Laranja, diretor do Instituto Oswaldo Cruz, o edifício foi transferida para Manguinhos.

Desde 1957 funciona como laboratório de vacina contra febre amarela. A inauguração do Laboratório de Febre Amarela no Instituto Oswaldo Cruz foi um importante marco para a saúde pública e de política sanitária. Sua construção foi possível por causa do acordo de cooperação internacional (1942) entre o governo brasileiro e governo dos EUA (Instituto de Assuntos Interamericanos / IIAA) no campo da saúde.

Sua importância foi reconhecida pelo Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (2000). No entorno da edificação foram construídos anexos, mas estes, por estarem afastados, não interferem na visibilidade do bem.

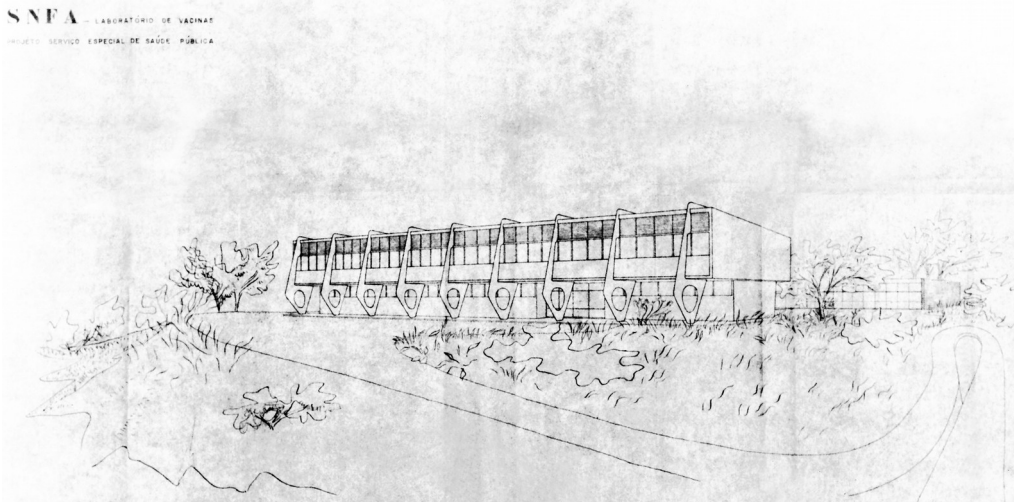


Figura 43: Projeto de Roberto Natalutti para o Pavilhão Henrique Aragão.  
Fonte: DAD/Fiocruz.

A autoria do tratamento paisagístico do entorno imediato é desconhecido, mas é possível que tenha sido realizado pela equipe da Seção de Arquitetura da Divisão de Engenharia do Serviço Nacional de Febre Amarela, uma vez que a pesquisa às fotos de época registram na década de 1960 a existência do lago frontal e canteiros com forrações e arbustos. A imersão da edificação em uma área densa verde acompanha a história e contextualiza a formação do *campus* Fiocruz Manguinhos.

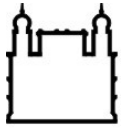


Figura 44: Conclução das obras do Pavilhão Henrique Aragão.  
Fonte: DAD/Fiocruz.



Figura 45: Tratamento paisagístico do Pavilhão Henrique Aragão.  
Fonte: DAD/Fiocruz, c.1960.

Nos últimos anos o entorno da edificação tem sido ocupado por edificações de apoio. Além de garantir o conforto térmico, a cortina de árvores consolidada tem como atributo principal amenizar a poluição visual do seu entorno.



Figura 46: Permanência do traçado - formação de estar.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2012.



Figura 47: Permanência do traçado e do lago frontal.  
Fonte: DPH/Fiocruz, 2012.

## Estudo de jardins análogos

No início da primeira década do século XX, os projetos de jardins românticos - implantados por Auguste Glazou e por outros paisagistas estrangeiros no século XIX, não serão mais tão utilizados como os modelos clássicos, que se difundiram em todo o país por serem implantados em terrenos de menores proporções e por não terem custo muito elevado, comparativamente as soluções românticas. A linha projetual romântica ainda era a escolhida para ornamentar os jardins residenciais e alguns projetos de jardins públicos tardios (Jardim do Valongo). Era utilizada principalmente em parques e jardins de grande porte, buscando-se criar uma atmosfera pitoresca.

Observa-se, no entanto, que as soluções propostas de valorização da imagem naturalista romântica e a forma cênica de plantio incorporaram-se ao ideário das praças urbanas, fundindo-se ao geometrismo clássico (MACEDO; ROBBA, 2002).

Essa mudança é sentida com maior intensidade a partir da década de 1920, quando diversos jardins são reformados por paisagistas franceses e, principalmente, por brasileiros fortemente influenciados pela concepção francesa clássica. As remodelações das praças tinham a função de dar uma nova aparência à capital da república (intenção sanitária e plástica). Não existia profissionais especializados; assim eram chamados estrangeiros para projetar executar praças, parques e jardins à maneira européia. Influenciada pelas composições paisagísticas dos séculos XVI e XVIII, a linha clássica obedecia à geometria rígida, com caminhos simétricos, a tríade clássica e os pontos focais direcionados aos monumentos (esculturas monumentais). São introduzidas algumas modificações ao modelo, como os grandes canteiros e os lagos geometrizados ao redor dos quais os usuários caminhavam, passeando e contemplando o cenário naturalista.

Assim, os projetos de espaços verdes livres apresentam características ecléticas de ambos os modelos, sejam estes juntos ou separados (colocação de elementos pitorescos e cenário bucólicos (mirantes e quiosques) sobre uma estrutura de caminhos e canteiros com eixos centrais definidos (tríade clássica<sup>4</sup> e uso de topiária). Essas características firmaram-se como padrões simbólicos tão arraigados à cultura popular que se encontram presentes em projetos contemporâneos em todo o país.

Duas composições paisagísticas desse período apresentam semelhanças com o exemplar de jardim histórico da Fiocruz. Apesar dos exemplares terem sido projetados por outros paisagistas, o francês Paul Villon e o brasileiro Luiz Rey, as composições apresentam um repertório formal similar e uma repercussão, que defende-se, deva ter influenciado seus contemporâneos como o arquiteto português Luiz Mores Jr. Foram selecionados os jardins da Praia de Botafogo e da Praça da Glória.

Os jardins da Praia de Botafogo foram projetados em 1903 pelo paisagista francês Paul Villon. Seguiam uma escola eclética que unia características românticas (sinuosidade) e clássicas (simetria e geometria) em suas composições. Foram inaugurados em 1905, na administração Pereira Passos, com 735 árvores de sombra, 380 plantas ornamentais, 6230 arbustos e ornatos diversos, como o *Crepúsculo* de Jean Magrou (ainda hoje existente). Foi também inaugurado um Pavilhão de Regatas (armação metálica) e o Pavilhão Mourisco (com restaurante, salão de chá, terraço, ringue de patinação<sup>5</sup> e teatrinho de marionetes).

[...] a enseada de Botafogo é o mais bello trecho da avenida Beira Mar e da cidade litoral, offerecendo um surpreendente espetáculo nas noites em que a população do Rio de Janeiro lhe empresta a nota civilizada do seu movimento contínuo, a pé, a cavallo, de carro e em automóveis, cruzando-se

<sup>4</sup> A tríade é um traçado em cruz que conduz o frequentador a um estar central com um ponto focal monumental (coreto, escultura, pirâmides e etc..).

<sup>5</sup> Em 1908 é acrescido pela administração municipal do General Souza Aguiar um ringue de patinação junto ao pavilhão.

vertiginosamente. Nada temos que invejar aos famosos passeios europeus (*O malho*, 07.07.1906).

A avenida Beira-mar, iniciada em 1904 e inaugurada em 1906, considerada uma das maiores obras deste período - consumindo tempo, dinheiro e técnica - foi projetada com 5.200 metros de extensão, iniciando-se no Obelisco da avenida Rio Branco (então inacabada) e finalizando-se na praia de Botafogo, junto ao Morro do Pasmado, sendo que as obras seguiram as orientações do engenheiro Paulo Frontin. A largura da avenida deveria ser de 25 metros, porém a fim de permitir a continuidade à Avenida Rio Branco, em direção a zona sul, sua largura foi aumentada para 33 metros, sendo reservados 7 metros de passeio central arborizados, para cavaleiros, entre duas pistas de rolamento de 9 metros cada. Tanto o cais como o parapeito da beira-mar eram feitos de cantaria. A proximidade com o mar acarretava problemas com a arborização, uma vez que as ondas quebravam próximas aos jardins. A avenida contornaria a baía, exceto o Morro da Viúva<sup>6</sup> até o fim de Botafogo.

Os novos jardins da enseada, com esculturas e pavilhões, eram espaços públicos cujas normas de uso e conduta acabaram por restringir os usuários a um grupo seletivo de civilizados. As praias cariocas, que eram públicas, ficaram grande parte do século XX cercadas por gradis. O objetivo da administração pública, com o fechamento da praia pela balaustrada da nova avenida, também era evitar a permanência de quiosques que ocupavam toda a extensão da praia de Botafogo.



Figura 48: Vistas dos Jardins de Botafogo em ocasião de sua inauguração.  
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Fotografia de Augusto Malta, c. 1906.

A rua da Glória, que suportava o peso do trânsito para a zona sul, foi uma das quadras iniciais da avenida beira-mar. Já em 1903 o prefeito Passos autoriza o diretor de jardins, Júlio Furtado, a embelezar a praça da Glória através da construção de uma praça ajardinada; no local ainda existia o edifício do antigo mercado municipal demolido em 1904. O projeto aprovado da nova praça era do arquiteto Luiz Rey (1904). Nesta, de composição eclética romântico-clássica, foram colocados os monumentos ao *Descobrimento do Brasil* do artista Bernardelli. Em 1906 ela recebe uma fonte artística, a fonte Adriano, oferecida por comerciantes da área. Neste mesmo ano, o aterrado da Beira-Mar avança ainda mais, sendo o acréscimo

<sup>6</sup> A avenida de contorno (a atual Avenida Rui Barbosa) do morro só seria realizada na administração Carlos Sampaio em 1920.

ajardinado seguindo o projeto de Paul de Villon e incluído um coreto para bandinhas e estátuas diversas.

[...] o Jardim da Glória, é hoje um dos sítios mais atraentes da cidade. Allí se admira o monumento do 4º centenário, a estatua do Visconde do rio Branco, e agora a fonte Adriano entrou com grande contingente ornamental para o recinto ajardinado que se limita ao fundo com o outeiro da pittoresca e tradicional egrejinha da Glória, de forma original e singular, formando aquilo tudo paizagem admirável ("Fonte Adriano", *A Notícia*, 01.03.1906).

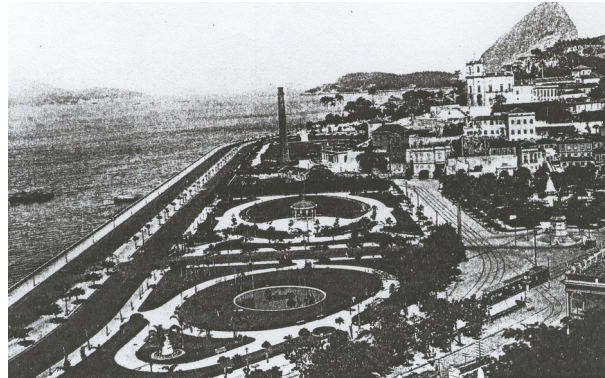


Figura 49: Vistas dos Jardins da Glória.  
Fonte: Instituto Moreira Salles, Fotografia de Augusto Malta, c. 1906.

Os anos 1930 e 1940 foram anos de efervescência e de rupturas na arquitetura, no urbanismo e, naturalmente, no paisagismo. A negação das formas tradicionais historicistas era objetivo das vanguardas artísticas, inclusive da pintura. Esta mentalidade se refletiu no tratamento do espaço livre urbano, público e privado. A partir da década de 1930, a história do jardim brasileiro e do paisagismo moderno estão fortemente vinculadas à obra de Roberto Burle Marx.

Na década de 1930 era comum que o próprio arquiteto de edifícios fornecesse o desenho para os pátios e jardins dos seus projetos arquitetônicos. A figura de Roberto Burle Marx foi uma exceção a esta regra. Ele inaugura uma escola própria por seu trabalho de associação de plantas e materiais. Logo, seria o nome mais celebrado para participar de projetos de vanguarda modernistas na cidade do Rio de Janeiro.

Analisando a produção de Burle Marx, no mesmo período, para instituições públicas voltadas para a saúde, é possível identificar o repertório do artista naquele momento histórico. Entre as obras, destaca-se o paisagismo do Instituto de Puericultura e Pediatria (1949-1953) da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), localizado no atual *campus* do Fundão.

O Instituto Nacional de Puericultura foi criado em 13 de janeiro de 1937 e posteriormente incorporado a então Universidade do Brasil, por proposição do professor Joaquim Martagão Gesteira, Diretor e Catedrático de Puericultura e Clínica da Primeira Infância da Faculdade Nacional de Medicina, alcançando sua autonomia administrativa. Em julho de 1949, começou a ser construído o atual complexo assistencial, cujo projeto

arquitetônico é de autoria de Jorge Machado Moreira e de Ernani de Vasconcellos.

A construção foi a primeira a ser erguida no *campus* da Cidade Universitária, e localizava-se junto à entrada da ilha, até então a única entrada. A localização de destaque, nas margens de uma via de fluxo intenso, também é uma similaridade com o projeto do Pavilhão de Cursos.

No projeto da UFRJ, tanto o paisagismo, como o painel de azulejos são de autoria de Burlle Marx, acompanhado por Aylton Sá Rêgo e Yvanildo da Silva Gusmão. A execução do painel em 1952 foi da empresa Osiarte, a mesma que executou o painel do Pavilhão Arthur Neiva. A edificação recebeu o primeiro lugar na categoria de Edificação Hospitalar, na Segunda Bienal de Arquitetura do Estado de São Paulo, em 1953.



Figura 50: Jardins do Instituto de Puericultura da UFRJ – jardins frontais.  
Fonte: NPD/UFRJ, 1946



Figura 51: Jardins do Instituto de Puericultura da UFRJ – pátio interno.  
Fonte: NPD/UFRJ, 1946

## 5 VOCAÇÕES E VULNERABILIDADES

### **Reconhecimento florístico**

Muitas espécies foram introduzidas ao longo dos anos através da ação pontual da administração institucional e, principalmente, pela intervenção a critério da comunidade – jardineiros, cientistas e funcionários da instituição. Assim, sem uma manutenção adequada ou contínua, as espécies originais das composições mortas não foram replantadas e novas espécies, sem um critério voltado para a ação da conservação do jardim, foram plantadas nos jardins do *campus*. Muitas não possuem volume, textura ou cor compatível com os exemplares originais. Isso acarreta em uma alteração na espacialidade do jardim, principalmente por criar anteparos e não respeitar as visuais.

É também possível observar na escolha dos novos exemplares arbóreos a predileção por espécies frutíferas – mangueiras, mamoeiros, etc. Assim, qualquer intervenção de conservação nos jardins históricos deverá prever uma campanha de educação ambiental, não apenas para informar a

comunidade das substituições, mas também instrui - lá a não plantar espécies fora do contexto dos jardins.

A pesquisa coletou fotografias que podem contribuir para identificar as espécies botânicas, mas é ainda necessário cruzar os dados com um levantamento florístico e fitossanitário atual dos jardins e de seu entorno. Um levantamento florístico e fitossanitário para toda a área da Fiocruz está em desenvolvimento no momento pela Prefeitura do *campus* (DIRAC/Fiocruz). No entanto, ainda não há previsão de conclusão dos trabalhos.

Assim, um futuro plano de conservação dos jardins históricos deve ser iniciado com primeiro o resultado do inventário florístico dos jardins. Esse levantamento é essencial para indicar a situação atual de toda a vegetação existente e a indicação de manejo por questões fitossanitárias com sugestão de plantio de novos vegetais.

### **Proteção do traçado e espacialidade**

Embora a vegetação seja o principal elemento configurador de espaços nos jardins, ela não o define por si só. A Carta de Florença de 1981 define que, fazem parte da composição arquitetural do jardim histórico, além de suas massas vegetais (suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos e suas alturas respectivas), os diferentes perfis do seu terreno, os elementos construtivos ou decorativos, as águas moventes ou dormentes e o reflexo do céu.

Nesse contexto, o traçado é encarado como o principal articulador da leitura da espacialidade do jardim. Assim, este deve ser um elemento importante que determinará a unidade potencial do jardim. Este é o ponto de partida para a restauração dos jardins de interesse histórico do *campus* Fiocruz Manguinhos - o reconhecimento de seu traçado.

Busca-se assim, que os projetos e os planos de conservação possam realmente garantir a permanência da unidade potencial da obra, ou seja, os princípios paisagísticos adotados.

### **Atributos a serem protegidos - Princípios paisagísticos adotados**

Os atributos ou valores dos jardins históricos são essências para interpretar a unidade potencial da composição paisagística. Considera-se que os jardins identificados na pesquisa possuem uma unidade formada, além da espacialidade (traçado e substância vegetal), por atributos relativos à higiene e a beleza.

Higiene - Os jardins históricos da Fiocruz possuem como um de seus principais atributos o relativo à higiene do ambiente urbano. Além de serem idealizados para integrar o entorno de instituições voltadas para a saúde, o movimento político sanitarista do final do século XIX alterou as práticas sociais e culturais, influenciando a sociedade em diferentes instâncias, inclusive na arte paisagista.

Beleza - Da mesma maneira, para a intervenção nos jardins históricos da Fiocruz considera-se que a beleza e a harmonia do jardim devem prevalecer sobre o caráter conservador ou histórico. O perigo das intervenções em jardins históricos está na busca de princípios unicamente históricos e



arqueológicos, deixando de ser considerados os emocionais relacionados à mudança de tempo. Assim, a autenticidade também diz respeito ao envelhecimento natural das espécies vegetais do jardim, de maneira que o tempo também proporciona um valor à imagem presente do jardim (AÑON, 1994). Por isso, em jardins históricos a unidade potencial está fundamentada na manutenção da unidade estética do exemplar, mais do que na funcional ou na orgânica ("monumento vivo").

### ***Pesquisas arqueológicas***

Apesar da pesquisa não ter realizado ou proposto escavações arqueológicas, foram identificadas áreas de interesse arqueológico. A aplicação de pesquisas de potencial arqueológico podem ser essenciais para redescobrir traçado original de canteiros do jardim do Pavilhão Mourisco e do Pavilhão Arthur Neiva.

## **6 DESDOBRAMENTOS FUTUROS DA PESQUISA: PREMISSAS PARA UM PLANO DE CONSERVAÇÃO**

### **Plano de Conservação**

O Plano de Conservação é um conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, recuperação, o uso e ocupação do bem e de seu entorno imediato. Essa elaboração faz parte da próxima etapa dessa pesquisa.

O objetivo é planejar e programar o monitoramento do jardim, através de ações que vão desde a valorização patrimonial até as indicações de intervenções. Neste deverão constar um diagnóstico da caracterização, a avaliação de riscos (potencialidades e vulnerabilidades) e as normas e procedimentos para a preservação dos jardins, que incluem a indicação das áreas de interesse para investigações arqueológicas.

Deve fundamentar a elaboração do futuro Plano de Conservação a identificação dos valores que se deseja preservar e a compreensão da vocação e significado cultural dos jardins. As propostas de intervenção incorporadas no plano deverão seguir as atuais recomendações internacionais no campo patrimonial, isto é, as ações de manutenção devem ser contínuas e as intervenções nos bens devem ser mínimas e reversíveis.

### **Estrutura do Plano de Conservação**

A área é dividida em partes de acordo com suas características. Para cada área deve ser realizada (WATKINS; WRIGHT, 2007):

1. Descrição da situação atual da área;
2. Desenho paisagístico baseado em documentação histórica;
3. Objetivo da reconstrução ou restauração justificado com base nos atributos do jardim;
4. Trabalhos requeridos;
5. Especificações da manutenção;

6. Referencias sobre a área (fotografias, artigos).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto patrimônio cultural, os jardins históricos são classificados (segundo a Conferência Geral da UNESCO, 1972, Art. 1) como sítios derivados de "*obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza*" (apud CURY, 2000:179). Um jardim, caso corretamente conservado, é visto por sucessivas gerações as quais o percebem de forma diferente da sua anterior e da sua sucessora. É que se trata de um documento cultural que se renova e se deteriora, e que com a ação humana descuidada pode comprometer o significado ou testemunho futuro.

Um jardim histórico é um bem cultural que apresenta valores estéticos, históricos, científicos e sociais, que ao longo de diferentes fases de evolução foram sofrendo transformações e adquirindo novos e dinâmicos significados para cada sociedade. Portanto, o jardim histórico deve ser interpretado enquanto paisagem cultural e, logo, como uma paisagem construída produto de um contexto político e social.

A longevidade de um determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este possui, a chamada "qualificação". Ou seja, "*quanto mais e melhor possa ser apropriado (o espaço), desde que convenientemente mantido, maior vai ser sua aceitação social e por mais tempo será mantido sua identidade morfológica*" (MACEDO, 1996:11). Considerando, porém, que as relações entre o antigo e o moderno são complexas, as metodologias aplicadas devem ser críticas e claras, embora não necessariamente idênticas. "[...] a sobrevivência do patrimônio artístico não implica apenas questão de gosto, mas também de coexistência e de cofuncionalidade" (ARGAN, 1998:86).

Assim, preservar um jardim adequadamente através de um plano de visitação adequado e integral traz conseqüências muito benéficas para o bem patrimonial. Entanto, qualquer intervenção no jardim histórico deve garantir a proteção e autenticidade do sítio cultural, de forma a prolongar a duração de sua integridade e assegurar a sua interpretação.

Em qualquer intervenção, considerando que as sobreposições e os elementos adicionais são testemunhos dos momentos pelos quais o bem patrimonial passou, sua permanência ou supressão deve ser alvo de estudos que reconheçam seus valores culturais. A partir desta avaliação devem ser decididas as ações de intervenção, seja a opção por sua permanência - por julgar sua introdução um enriquecimento para o bem -, ou a opção por sua retirada - por julgar que sua manutenção prejudique a sua imagem.

O estudo baseado na importância histórica e artística do patrimônio paisagístico da Fiocruz, ou seja, em sua significação cultural, contribuem para o fortalecimento da memória local e da identidade institucional. Dessa maneira, através da permanência e da autenticidade desses jardins, garante-se um melhor usufruto desses espaços verdes de sociabilidade tão necessários na atualidade.

## 8 AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa contou com o apoio da FAPERJ através da concessão de Auxílio Instalação e do CNPQ através da concessão de bolsa de iniciação científica para a aluna de graduação Carla Gils Oliveira.

## 9 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inês El-Jaick. O debate sobre as áreas envoltórias dos bens tombados. Cadernos do PROARQ (UFRJ). v. 15, p. 7-18, 2010.
- \_\_\_\_\_. Dimensão Ambiental da paisagem cultural: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico. 2009. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. Risco (São Carlos). v.8, p.138 - 144, 2008.
- \_\_\_\_\_. Jardins Históricos Cariocas: significação cultural e preservação. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De; ANGELIS NETO, Generoso De. Jardins históricos: introduzindo a questão. Paisagem ambiente (São Paulo). n.19 [on line], p31-48 , 2004.
- AÑON, Carmen Feliú. Authenticity garden and landscape. In. UNESCO. Nara Conference on Authenticity: Unesco Worl Heritage Convention, 1994, Nara, Japan. Proceedings... Nara, Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 265-269.
- ARAGÃO, Henrique. Notícia Histórica sobre a Fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos). Separata das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Tomo 48, ano 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAGATTI-VALSECCHI, Pier-Fausto. Dangers qui menacent l'integrite des jardins historiques. In. INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). International Symposium on the conservation and restoration of gardens of historical interest: 1th General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes. Fontainebleau, France: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1971. p. 42-52.
- BARRETO, Maria Helena; CUNHA, Oscar Henrique; SELKLER, Jurema (Orgs.). Jardins Históricos: projeto de restauração de jardins históricos da Fundação Nacional Pró-Memória. Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa; Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio Natural da Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro. [S.l], [198-]. catálogo.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.); SOARES, Sandra Branco; ROCHA, Oswaldo Porto; PEREIRA, Andrea Nunes; SANTOS, Fernando Sergio Dumas. Manguinhos: um retrato de corpo inteiro. Rio de Janeiro; Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; 1988. 677 p.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Manguinhos do sonho à vida: a ciência da belle époque. RJ: COC/Fiocruz, 1990.
- BORGES, Andréa; SAMPAIO, Andréa. Análise visual urbana do patrimônio histórico e arquitetônico do *campus* Manguinhos - Fiocruz. Rio de Janeiro: DPH/COC/Fiocruz; LAURD/PROURB/FAU/UFRJ, 2010.
- CARNEIRO, Ana Rita; PEREZ, Ramona (Orgs.). Jardins Históricos brasileiros e mexicanos. Recife: UFPE, 2009.
- CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CURY, Isabelle (Org.). Cartas patrimoniais. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000.

- DEL BRENNA, Giovanna R. Ecletismo no Rio de Janeiro (século XIX-XX). In: FABRIS, Anna Teresa (Org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel: EdUSP, 1987. p. 28-66.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Intervenções em jardins históricos. Brasília: IPHAN, 2005.
- DIAS, Ezequiel. O Instituto Oswaldo Cruz: resumo histórico (1899-1918). Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.
- FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel (Orgs.). Arquitetura Paisagística contemporânea no Brasil. São Paulo: SENAC, 2010.
- GONÇALVES, Eduardo G.; LORENZI, Harri. Morfologia Vegetal. São Paulo: Instituto Plantarum, 2011.
- INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). The Buenos Aires Memorandum on cultural landscapes and historic gardens. Buenos Aires: ICOMOS/IFLA, 2001.
- HARDY, Matthew. The venice charter revisited. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011.
- HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil. Rio de Janeiro: Manati, 2011
- LEENHARDT, Jacques (Org.). Nos jardins de Burle Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo (EdUSP), 1999.
- \_\_\_\_\_. Paisagem urbana: os espaços livres como elementos de desenho urbano. Caderno Paisagem Paisagens, Bauru, São Paulo, n. 1, p. 7-20, 1996.
- MENESES, Ulpinao T. Bezerra de. Comentário XII - Visões, visualizações e usos do passado. In: Anais do Museu Paulista. v. 15, n. 2, jul-dez. 2007, p. 117-123.
- MILET, Vera. A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- NAIL, Sylvie. The Triumph of Authenticity. The Historic Gardens Foundation. London, UK, mar. 2003. Articles. Disponível em: <<http://www.historicgardens.freeserve.co.uk>> Acesso: 29 mar. 2003.
- OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. (Coord.); COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. Um lugar para a ciência: a formação do *campus* de Manguinhos. RJ: Editora Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).
- SALES, John. Conserving Historic Gardens. The Historic Gardens Foundation, London, UK, mar. 2003. Articles. Disponível em: <<http://www.historicgardens.freeserve.co.uk>> Acesso: 29 mar. 2003.
- \_\_\_\_\_. The Conservation of English Landscape Gardens of National Trust. In: INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). Historic Gardens and Sites: 10 th General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes. Colombo, Sri Lanka: ICOMOS/UNESCO, 1993. p. 145-150.
- TRINDADE, Jeanne. A restauração do Passeio Público do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Ana Rita; PEREZ, Ramona (Orgs.). Jardins Históricos brasileiros e mexicanos. Recife: UFPE, 2009. 45-72p.
- WATKINS, John; WRIGHT, Thomas. Management and Maintenance of Historic Parks, Gardens and Landscapes: The English Heritage Handbook. London: Frances Lincoln, 2007.

## II- ATIVIDADES DO PROPONENTE NO PERÍODO

ANDRADE, Inês El-Jaick, OLIVEIRA, Carla Gils. *Jardins do Pavilhão Mourisco da Fundação Oswaldo Cruz e a circulação das ideias paisagísticas no início do século XX*. Proposta de artigo completo aprovado, apresentado e publicado nos Anais do XII Seminário de História Cidade e Urbanismo, com a temática “A circulação das idéias na construção das ideias: uma via de mão dupla”, realizado entre os dias 15 e 18 de setembro de 2012 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ANDRADE, Inês El-Jaick. *A construção da política de preservação de jardins históricos no Brasil*. Artigo aceito para publicação em revista indexada Leituras Paisagísticas: teoria e práxis (ISBN 1809-0540), uma publicação da EBA/UFRJ. No prelo.

## III- CÓPIA DE ARTIGOS APRESENTADOS (EM ANEXO)